

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

O BANCO MUNDIAL E A DIFUSÃO DE MODELOS DE PLANEJAMENTO URBANO E DE GESTÃO
URBANA PARA AS CIDADES: O CASO DO PRODUR, BA.

Geraldo Browne Ribeiro Filho (UFV)

O Banco Mundial e a Difusão de Modelos de Planejamento Urbano e de Gestão Urbana para as Cidades: o caso do PRODUR, Bahia.

Resumo

Objetivou-se, com este trabalho, traçar a trajetória das idéias sobre planejamento urbano e administração urbana difundidas pelo Banco Mundial (BM) através do componente desenvolvimento institucional (DI) do projeto de desenvolvimento urbano PRODUR, Bahia. Principais conclusões: o DI tem se constituído em instrumento fundamental para difusão das idéias do BM sobre gestão urbana e planejamento urbano. Até os anos de 1980, estes modelos foram difundidos somente para as agências que implementavam os projetos urbanos do BM. A partir dos anos 1980, o DI foi direcionado também para realizar ajustes urbanos em sintonia com os ajustes estruturais e setoriais neoliberais e para implementar o modelo gerencial de gestão com vistas a colocar as políticas públicas a serviço do mercado. Nesta década, o BM passou a liderar campanha mundial para disseminar o DI. A partir da década de 1990, o BM começou a difundir o modelo de gestão denominado de *governance* urbana e, a partir de 2000, passou a considerar as cidades como máquinas do crescimento econômico. A análise do PRODUR confirmou que as instituições que o BM tem construído nas cidades da periferia por intermédio do DI visam reduzir os espaços da política, da participação democrática, do exercício da cidadania, submetendo-os aos desígnios da economia de mercado.

1. Introdução

O processo contemporâneo de mundialização da economia tem consagrado novos papéis para as cidades e para os governos locais. Em movimento que iniciou-se na década de 1980 nos Estados Unidos e que logo expandiu-se para a Europa e para o resto do mundo, modelos, métodos, técnicas, práticas e idéias sobre planejamento urbano e gestão urbana têm sido transplantados da iniciativa privada para o setor público. São exemplos o modelo gerencial de administração pública e o planejamento estratégico de cidades, ambos amplamente difundidos por consultores internacionais, instituições multilaterais, destacando-se o Banco Mundial, ONGs, academia etc.

Estes modelos, mais do que transplantar para o setor público a racionalidade técnica da iniciativa privada e do mercado com vistas a superar a “irracionalidade” e a imprevisibilidade das decisões políticas, implicam na apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e locais e dependem, em grande medida, da eliminação da política, do conflito e das condições de exercício da cidadania (VAINER, 2000, p. 89). Eles têm como pressuposto a “despolíticação” ou a “tecnificação” da política. Ao invés de cidades democráticas, idealizadas e construídas pelos cidadãos, o modelo propõe a cidade-empresa, cidade-negócio, cidade-mercadoria (VAINER, 2003, p. 29) ou mesmo cidade-máquina, como dispõe documento recente do Banco Mundial: a cidade deve ser vista “como máquina do crescimento econômico” (WORLD BANK, 2000c, p. 125). Tornar as cidades competitivas e produtivas no mercado mundial de cidades é uma das principais metas dos ideólogos desse modelo. Como destacou Vainer:

A cidade-empresa-mercadoria-negócio é, pois, necessariamente, uma cidade de onde deve ser banida todo conflito, toda discussão. A cidade deve estar unida para competir. E aqui deve-se entender que um outro e decisivo elemento dessa nova utopia urbana é a total e absoluta unicidade de todos os cidadãos: o chamado patriotismo de cidade deve se impor. O consenso deve se instalar, pois o debate e o conflito ameaçam a tão desejada competitividade urbana. Os cidadãos são convocados a se unir em torno de um projeto único, unitário. Uma cidade dividida, dizem os apóstolos da competitividade, está condenada a ser derrotada na competição (VAINER, 2003, p. 29-30).

O discurso hegemônico sobre planejamento urbano e gestão urbana – centrado na idéia de competitividade e produtividade, como visto – tem se caracterizado por defender a criação nas cidades de um ambiente favorável ao pleno funcionamento do mercado, ou *market-friendly*, o que significa necessariamente “flexibilizar” as estruturas normativas, privatizar, promover concessões de serviços públicos para a iniciativa privada, formar parcerias público-privadas, além de ter na presença marcante de empresários locais – *stakeholders* – a definição

de políticas públicas municipais. Ou seja, tornar a cidade *market-friendly* significa colocar a política cada vez mais a serviço do mercado.

Longe de constituir-se apenas em um modelo, uma idealização, este projeto de cidade e de governo local está sendo implementado em várias partes do mundo, sendo o BM um de seus principais ideólogos e agente difusor. O BM tem se constituído em um dos principais agentes de um “sistema de governo” internacional, que Orenstein (2005, p. 176-178) denomina de “*governance*¹ sem governo” para o nível global. Para Orenstein, o fato de este sistema não ser formado por uma estrutura hierarquizada de Estados nacionais, nem ter um “governo” formal com autoridade para executar políticas, não impede que tenha crescente influência sobre instituições nacionais. Para o autor, uma característica marcante dos agentes participantes desse sistema – chamados de “atores políticos globais” – funda-se na elaboração/difusão de “políticas globais”, ou seja, políticas com abrangência mundial. Este seria o caso dos Projetos de Desenvolvimento Municipal, criados pelo BM, no início da década de 1980, no contexto dos ajustes estruturais e setoriais neoliberais para promover nas cidades os chamados “ajustes urbanos”. Dois componentes estruturam os PDMs: desenvolvimento institucional – DI – e infra-estrutura. O DI é considerado o principal componente do projeto e tem sido fundamentalmente por intermédio dele que o BM difunde seu ideário reformista e realiza “ajustes urbanos”. Estes “ajustes” têm como principais características: implementação do modelo gerencial de gestão urbana, realização de reforma fiscal visando alcançar superávit primário das contas públicas municipais, “flexibilização” do arcabouço normativo local e privatizações.

No Brasil, tudo indica, o modelo começou a ser implementado em 1983, por intermédio do projeto de desenvolvimento municipal *Paraná Market Town Improvement Project*, financiado pelo Banco Mundial – BM. Nesta mesma década de 1980, o BM financiou projetos semelhantes para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e novamente para o Paraná e, nos anos de 1990, para Minas Gerais (SOMMA), Ceará (PROURB) e Bahia (PRODUR). Na atual década de 2000, oito projetos classificados pelo BM como de desenvolvimento urbano e saneamento estão em andamento no Brasil, todos eles enfatizam o componente DI. Nestes mais de 20 anos, outras cidades – participantes ou não dos projetos do BM – aderiram em maior ou menor grau ao modelo de gestão urbana empresarial e ao chamado planejamento estratégico de cidades. Estima-se o montante em cerca de 1.200 cidades.

Pouco tem-se documentado sobre a implantação e expansão dos PDMs no Brasil, principalmente no que diz respeito ao papel do BM no financiamento e em sua difusão. Este

artigo visa contribuir para preencher esta lacuna ao analisar o Projeto de Desenvolvimento Municipal PRODUR – Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-Estrutura Urbana, financiado em 1997, para o Governo do Estado da Bahia. Mais especificamente, o artigo discute o processo de difusão de idéias sobre gestão urbana e planejamento urbano, protagonizado pelo BM, por intermédio do componente desenvolvimento institucional – DI do PRODUR.

As orientações, estratégias, políticas difundidas pelo BM não são transplantadas mecanicamente para qualquer sociedade. Na realidade, são “ressignificadas” localmente (AZEVEDO, 2001, p. xv), de acordo com as relações de poder que se estabelecem no campo de formulação das políticas públicas. Conhecer os limites e as possibilidades das inter-relações entre BM e governos (nacional, estaduais, municipais) poderá ajudar a construir um espaço local de negociações que ofereça alternativas às suas políticas. Não é mais possível se pensar em fazer política urbana no país sem levar em consideração o papel do BM. O BM demorou quase trinta anos para iniciar suas operações urbanas, mas, quando isto ocorreu, logo se tornou um dos principais agentes e, isto não pode ser desconsiderado. Não há sinais de que ele deixará de elaborar estratégias e políticas para as cidades. Pelo contrário, cada vez mais, ele tem se dedicado às cidades, na busca da construção de um ambiente amigável ao mercado ou *market-friendly*.

2. O Banco Mundial: “banco do conhecimento”.

As idéias sempre tiveram tratamento privilegiado por parte do BM. Elas têm sido seu principal produto. Kapur (2006, p. 159) argumenta que, se o BM fosse apenas um agente financeiro, seu *staff* poderia se limitar a um décimo do quadro atual. Os empréstimos para projetos seriam o combustível para movimentar ou para colocar as idéias em prática (KAPUR, 2006). A principal função de cada empréstimo do BM é servir como um “cavalo de Tróia ideológico” (KAPUR; LEWIS; WEBB, 1997, p. 14). Isto é, os empréstimos do BM se constituem em um pacote contendo recursos financeiros e idéias, sendo que, desde a década de 1980, o acesso aos recursos financeiros está condicionado à adoção de suas idéias pelo país-cliente.

Nas duas primeiras décadas de operações (1950-1960), as fontes das idéias eram o conhecimento e a experiência de seu corpo técnico e o mecanismo de difusão era o projeto. A partir da década de 1970, o interesse do BM pelo que os países da periferia deveriam “conhecer” ou já “conheciam” tornou-se mais evidente (KAPUR, 2006, p. 159). Tendo em vista a importância cada vez maior que passou a dar ao seu papel como difusor internacional

de idéias, em 1996, ele começou a se autodenominar “banco do conhecimento”. Esta mudança em direção ao “banco do conhecimento” impulsionou definitivamente suas estratégias de formulação e de difusão de idéias (WORLD BANK, 2006c).

3. O Banco Mundial, Desenvolvimento Institucional (DI) e Difusão de Idéias.

O DI é o principal instrumento usado pelo BM para difundir suas idéias e exercer influência sobre países-clientes. A noção de DI começou a ser delineada no pós-guerra, por iniciativa da USAID, com o objetivo de promover mudanças sociais planejadas de forma duradoura nos países da periferia. A análise da trajetória do DI nas operações do BM indica três períodos distintos. O primeiro, que se iniciou na década de 1950 com as primeiras operações de empréstimos e tinha como referência as *authorities* norte-americanas². O segundo período, que se iniciou nos anos de 1960, com a adoção do chamado “modelo de Pittsburgh”³, e se prolongou até os anos de 1970, e o terceiro, que se iniciou nos anos de 1980, quando o BM elaborou as próprias estruturas conceituais sobre DI e passou a considerá-lo instrumento-chave para suas operações.

As operações urbanas do BM tiveram início em 1972 e estão diretamente relacionadas com as estratégias de “combate à pobreza” lançadas na administração McNamara⁴ (1968-1981). O BM propôs dois projetos para a população pobre: *slum upgrading* e *site and services*. O primeiro era um programa de urbanização de favelas e o segundo um programa que visava ofertar à população pobre pequenos lotes com infra-estrutura básica, além de empréstimo para compra de material de construção. A responsabilidade pela construção da moradia era do próprio morador, em regime de autoconstrução ou de mutirão. Esses modelos ganharam repercussão rapidamente, pois rompiam com uma lógica dominante de projetos habitacionais para população de baixa renda, que vigorou no período 1950-1972, caracterizada principalmente pelo provimento de habitação pelo Estado e pelo padrão de construção mais elevado do que o proposto pelo BM (ZANETTA, 2004, p. 18; PUGH, 1994, p. 163). A opção pelos “baixos padrões”, resalta Arantes (1994, p. 41), era também uma sinalização de mudança, de rompimento com as práticas e padrões precedentes como forma de mostrar à periferia capitalista que as propostas do Estado do Bem-Estar eram utópicas e que, a partir daquele momento, a realidade seria outra.

Mesmo estando longe de resolver o problema de habitação para as populações de baixa renda, os projetos urbanos influenciaram significativamente tanto as políticas e instituições públicas de muitos países quanto os trabalhos de agências internacionais em todo o mundo.

Em vários países, os programas *site and services* e *slum upgrading*, por exemplo, tornaram-se políticas governamentais (WORLD BANK, 1995, p. 19-22).

O BM começou a se interessar pelos governos locais a partir da Conferência Habitat I, quando passou a promover reformas institucionais nos governos locais inculcando-lhes sua agenda urbana, pautada essencialmente na questão fiscal, com vistas a aumentar a arrecadação dos tributos municipais e, com isso, as receitas locais. Com este objetivo, as ações de DI foram direcionadas principalmente para a elaboração de orçamentos, aprendizado de técnicas de contabilidade, elaboração de cadastros técnicos municipais visando aumentar as receitas de impostos e taxas sobre propriedade imobiliária. A realização de reformas institucionais passou a ser condição *sine qua non* para os governos receberem empréstimos urbanos (WORLD BANK, 1995, p. 21). É notória a difusão da linguagem associada aos projetos urbanos. Expressões tais como *site and services*, *slum upgrading*, *shelter projects*, *affordability*, *replicability*, *cost recovery* e *low-cost design* se popularizaram entre especialistas em desenvolvimento urbano.

Nos anos de 1980, os empréstimos de ajustes estruturais e setoriais de orientação neoliberal provocaram mudança radical no padrão de empréstimos. Os empréstimos urbanos baseados em projetos (*project-based loans*), que prevaleceram na década de 1970, deram lugar aos empréstimos baseados em política (*policy-based loans*). Os projetos do tipo *site and services*, *slum upgrading* e de transportes cederam espaço para os chamados projetos urbanos “programáticos” (KESSIDES, 1997, p. 9), cuja ênfase maior era nas ações de desenvolvimento institucional (ZANETTA, 2004, p. 22).

O modelo mais difundido entre os projetos urbanos “programáticos” foi o Projeto de Desenvolvimento Municipal – PDM. Os projetos urbanos passaram a ter como principal tarefa não mais financiar infra-estruturas, mas promover amplas reformas nos governos locais. O interesse do BM pelos governos locais aguçou-se nos anos de 1980 com a crise da dívida dos países clientes e os ajustes estruturais. Na visão do BM, os governos locais não poderiam ficar fora dos ajustes estruturais, sob pena de comprometer o ajuste fiscal nacional (COHEN, 2001, p. 45). O ajuste urbano passou a ser na visão do BM, componente essencial do ajuste estrutural nacional.

[...] uma melhor gestão econômica de longo prazo é necessária para estabelecer os parâmetros para o crescimento econômico urbano. Ao mesmo tempo, as constantes interrupções de curto prazo do crescimento macroeconômico têm importantes conseqüências para as cidades. As políticas de ajustes estruturais no nível macro são planejadas para os prazos mais longos, a fim de criar um ambiente político capaz para as economias urbanas mais produtivas. Este ambiente aumentaria a eficiência de empresas e de famílias e, assim, apoiaria um amplo ajuste econômico e a

retomada do crescimento. **Para muitos países, no entanto, estas mudanças políticas requerem um correspondente ajuste urbano para apoiar as metas de ajuste econômico nacional.** Este processo resultaria em regimes regulatórios e institucionais mais flexíveis no nível da cidade para ajustar às novas realidades macroeconômicas. Isso afetaria a produção de bens e serviços e o amplo contexto para investimentos, poupanças, mobilização de recursos e a formação de capital em áreas urbanas (WORLD BANK, 1991c, p. 6; grifos nossos).

VAINER (2000, p. 77) – um dos principais críticos desse modelo de gestão urbana empresarial – afirma que os projetos de cidade norteados por esta forma de gestão não se resumem simplesmente em mudança administrativa ou operacional em direção ao modelo gerencial, mas na redefinição do conjunto da cidade e do poder local. Segundo esta perspectiva, na cidade gerida segundo interesses empresariais é

[...] o setor privado que vai liderar as estratégias econômicas locais, estabelecendo-se parceria com o setor público, que assegurará que os interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados no processo de planejamento e de decisão. Isto quer dizer que os capitalistas e empresários participarão diretamente dos processos de decisão referentes ao planejamento e execução de políticas públicas (VAINER, 2000, p. 97-89).

A década de 1990 ficou marcada pela continuidade, ampliação e pelo aprofundamento dos ajustes estruturais e setoriais, particularmente dos ajustes urbanos e das ações de DI, iniciadas na década de 1980. Os elementos fundamentais que caracterizaram as reformas da década anterior tiveram continuidade: reformas para facilitar acesso ao mercado imobiliário, reformas no sistema de regulações, principalmente para o setor habitacional, investimentos do setor público em infra-estrutura, e reformas nas relações “intragovernamentais”, ou seja, apoio à descentralização. Para isso, o BM contou com a ajuda de agências bilaterais, com o financiamento do PNUD e com o apoio de programas como o PGU, especialmente para as ações de DI (WORLD BANK, 1991c, p. 13). Estas reformas tiveram como objetivo criar nas cidades um ambiente “amigável ao mercado” (*market-friendly*) ou que “possibilitasse o funcionamento dos mercados” (*enabling markets to work*) (ZANETTA, 2004, p. 25).

Em movimento que começou no início dos anos 1980, esta agenda consagrou definitivamente o “empresariamento urbano” ou “empreendedorismo urbano” como modelo de gestão a ser difundido para as cidades da periferia capitalista. Harvey procura mostrar as implicações deste modelo para as cidades.

O empresariamento urbano implica em algum grau de competição interurbano [...] e na medida em que a competição interurbana se torna mais forte, ela certamente irá operar como um ‘poder coercitivo externo’ sobre cada uma das cidades para alinhá-las mais fortemente à disciplina e à lógica do desenvolvimento capitalista. Ela poderá, inclusive, forçar a reprodução repetitiva e em série de certos padrões de empreendimentos (tal como a reprodução em série de ‘centros de comércio internacional’ ou de novos centros culturais e de entretenimento, de

empreendimentos imobiliários à beira d'água, de shopping centers pós-modernos e similares) (HARVEY, 1996, p. 56).

Ainda na década de 1990, o modelo de gestão empresarial urbano passa a ter uma nova versão, que ficou conhecida como *governance* urbana. O principal instrumento que o BM adota para colocar em prática a *governance* urbana é o “planejamento estratégico de cidades (ARANTES, 2004, p. 61). O BM tomou como exemplo de boa prática de *governance* urbana a reforma realizada na Nova Zelândia, nos anos de 1980. Nesta reforma, o governo local foi radicalmente reestruturado com a criação de 86 jurisdições regionais e distritais, nas quais as funções de *governance* e de gestão foram separadas. Um aspecto importante da reforma foi a criação do cargo de Gerente da Cidade (*City Manager*) com a responsabilidade de empregar e gerenciar o *staff* do governo local, implantar contabilidade rigorosa, consultar obrigatoriamente a comunidade, disponibilizar publicamente planos de gastos anuais e promover auditoria anual independente (GRIFFIN, 2001, p. 62). Com a separação entre as funções, o Prefeito e os *Councilors* exerceriam as funções de *governance* e o Gerente da Cidade seria responsável pela prestação de serviços (GRIFFIN, 2001, p. 63).

Na entrada do século XXI, cerca de 30 anos após terem iniciadas as operações urbanas, o BM passa a ver as cidades como máquinas do crescimento econômico (WORLD BANK, 2000c, p. 125). As cidades passam a estar, segundo o BM, “na linha de frente do desenvolvimento” (WORLD BANK, 2000b, p. 1). Para dar concretude a este novo discurso sobre o papel das cidades, o BM lança dois documentos: o *policy paper Cities in Transition: World Bank Urban and Local Government Strategy*, considerado o documento oficial que define a agenda de 2000, e o *World Development Report 1999/2000, Entering the 21st Century*, ambos publicados em 2000. Estes documentos vão reforçar o discurso da *governance* urbana. Tratar as cidades como máquinas do crescimento econômico, quer dizer concebê-las como mercadorias, que podem trazer riquezas e poder para seus habitantes. Nesta cidade-máquina, o governo local é considerado peça fundamental na engrenagem, pois vai caber a ele controlar a “velocidade da máquina” ou a taxa de crescimento da economia urbana. Para alcançar taxas elevadas de crescimento, o governo local deve ter um papel “proativo”, “empreendedorista”, de liderança, ser um “corretor”⁵ da cidade-máquina para “vendê-la”⁶, ou peças dela, no mercado de cidades (WORLD BANK, 2000c, p. 136-137).

4. O Banco Mundial, o desenvolvimento institucional e o PRODUR – a trajetória das idéias sobre planejamento urbano e gestão urbana.

O PRODUR é um projeto do tipo PDM financiado pelo BM ao Governo da Bahia. O Projeto se iniciou em março de 1997 e terminou em setembro de 2004, durando, portanto, sete anos⁷. O órgão público estadual designado para implementar o projeto foi a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, a quem coube a responsabilidade por todos os aspectos de implementação do projeto, incluindo avaliações de capacidade financeira e institucional das prefeituras, elaboração de diagnósticos institucionais, estudos de viabilidade econômica e financeira de projetos, enfim, todos os aspectos relativos à gestão, operação e monitoramento do projeto (WORLD BANK, 1997a, p. 20). Para implementar o PRODUR, a CAR passou por um processo de reestruturação⁸ com a criação de três departamentos: Departamento de Desenvolvimento Rural – DDR, Departamento de Desenvolvimento Urbano – DDU e Departamento de Ação Municipal – DAM.

Para administrar os recursos financeiros do PRODUR foi criado o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FUNDURBANO, constituído com recursos orçamentários do Governo do Estado, do BM, recursos provenientes do pagamento dos empréstimos pelas prefeituras, de receitas decorrentes do retorno das aplicações do próprio fundo, atualização monetária, juros, comissões e multas e receitas decorrentes de aplicação no mercado financeiro.⁹

O PRODUR estabeleceu os seguintes critérios para elegibilidade dos municípios: possuir população urbana superior a 15 mil habitantes, ou ser considerada “cidade estratégica” pelo Governo do Estado, ou apresentar capacidade de endividamento superior a R\$ 1 milhão e atender aos seguintes critérios financeiros: comprovar capacidade de endividamento conforme Resolução do Senado Federal¹⁰, apresentar superávit primário de, no mínimo, 15% do total de suas receitas ou comprovar que o estoque da dívida é menor ou igual a suas receitas totais (WORLD BANK, 1997a). Preenchidos estes critérios, a participação no programa ainda estava condicionada à assinatura de um Termo de Adesão, em que o município formalizava o seu compromisso de respeitar os princípios e as determinações do PRODUR. Na prática, a assinatura deste documento significava o comprometimento do município de que iria participar das ações de desenvolvimento institucional (WORLD BANK, 1997a, p. 25). Como atestou o *Staff Appraisal Report* do BM: “A chave para entrar no PRODUR é participar do DI” (WORLD BANK, 1997a, p. 15).

4.1 A engenharia institucional do PRODUR: os agentes e a trajetória das idéias.

Objetiva-se nesta sessão traçar a trajetória das idéias sobre planejamento urbano e gestão urbana difundidas pelo BM por intermédio do componente DI. As ações de DI abrangeram três áreas: “modernização” administrativa, planejamento urbano e capacitação de recursos humanos. Para efeito deste artigo, a análise que se segue, sem deixar de abordar a “modernização” administrativa, se concentrou principalmente no processo de elaboração dos planos diretores urbanos, uma vez que foram neles, como se observou, que incrustaram-se os principais elementos da agenda urbana do BM.

No processo de circulação de idéias no PRODUR destacaram-se cinco agentes: BM, CAR, consultores contratados pela CAR, Prefeituras e empresas de consultoria. Procurou-se no fluxograma abaixo (Figura 1) sintetizar como se realizou a interação entre esses agentes e, conseqüentemente, como circularam entre eles as idéias, tanto no processo de elaboração dos planos diretores quanto no de modernização administrativa.

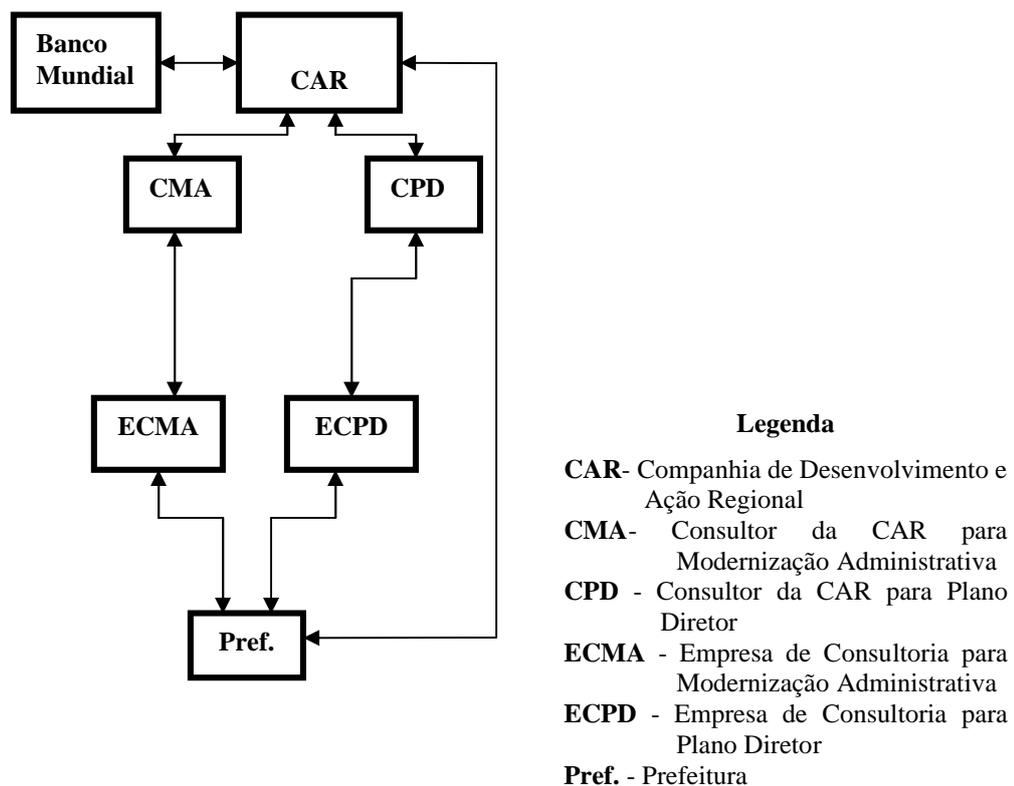


Figura 1 - interação entre agentes e circulação de idéias no PRODUR

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações colhidas na pesquisa.

Como pode ser observado na Figura 1, entre os agentes que participaram do PRODUR, o BM se relacionou oficialmente apenas com a CAR, que serviu como veículo de difusão tanto dos assuntos e procedimentos relativos à administração do PRODUR, quanto da agenda urbana. A CAR reorganizava as informações e as repassava aos demais participantes, assumindo plenamente a “propriedade” do Projeto. Ela agia como se fosse o próprio BM na condução das atividades. Mesmo não se relacionando diretamente com os agentes, o BM, ou melhor, sua doutrina, estava presente em cada detalhe do Projeto, seja através dos documentos distribuídos, dos cursos, seminários e palestras ministrados, na propaganda oficial do Governo do Estado, ou no comportamento dos técnicos da CAR e de seus consultores. Como afirmou a Coordenadora do PRODUR¹¹: “o Banco não se envolve diretamente, ele acredita na dedicação do próprio estado para resolução dos problemas.”

Para as áreas onde a CAR não contava com especialistas, contratou consultores, como os de planejamento urbano e de modernização administrativa. Todos os serviços relativos ao PRODUR (projetos e obras de infra-estrutura e projetos na área de DI) foram terceirizados para empresas de consultoria. O papel exercido pelo consultor¹² de planos diretores da CAR na difusão de idéias foi fundamental. Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com doutorado na área de planejamento urbano, ele contribuiu para respaldar e legitimar o processo, principalmente em relação às “novidades” introduzidas no modelo de plano diretor proposto, que se espelhava no modelo de planejamento estratégico de cidades.

O consultor, sem fugir às regras instituídas, imprimiu ritmo próprio aos trabalhos ao estabelecer intercâmbio direto com as diversas empresas de consultoria para que as inovações de cada uma fossem incorporadas nos diversos planos diretores que estavam em construção. Isto foi a chave para que houvesse certa uniformização no formato dos planos diretores. Para as empresas de consultoria foi muito conveniente utilizar as boas práticas de outras empresas. Pressionadas pelo tempo e pelo orçamento, e, muitas vezes, responsáveis pela elaboração de planos diretores de várias cidades simultaneamente, estas empresas viam nas recomendações do consultor uma espécie de “autorização” para replicar o modelo de plano diretor nas demais cidades¹³.

As empresas de consultoria tinham o compromisso de envolver técnicos das Prefeituras no processo de formulação do plano diretor. Este envolvimento seria outra oportunidade para esses técnicos terem contato direto com a abordagem conceitual sobre plano diretor expressa no TR. No entanto, muitas vezes, a participação dos técnicos se limitou a questões burocráticas, por exemplo, convocar a população local para participar das reuniões

públicas e acompanhar os técnicos das empresas nas visitas à cidade¹⁴. Com isso, o trânsito de idéias até as prefeituras, por intermédio das empresas de consultoria, teria sido limitado.

Há exceções. No caso, por exemplo, da Prefeitura de Vitória da Conquista, com experiência de duas gestões progressistas seguidas, houve envolvimento significativo da população e dos técnicos da Prefeitura no processo de elaboração do plano diretor. A Prefeitura aproveitou as reuniões da Conferência das Cidades que estavam se realizando na época e a experiência de orçamento participativo para envolver a população local. Além disso, foi formado um Grupo de Elaboração e Acompanhamento do Plano de Diretor – GEAP com cerca de 60 entidades, composto por empresários locais de vários ramos de negócios, e uma presença importante de engenheiros, arquitetos e geógrafos da Universidade local¹⁵.

O envolvimento de diferentes segmentos da população local e a tradição de gestão democrática possibilitou um intercâmbio maior com a empresa de consultoria, mas não evitou que o plano diretor, de forte viés físico-territorial e com ênfase na gestão participativa, criasse também um Comitê de Acompanhamento e de Impulsão de Projetos Estratégicos e contemplasse projetos “estratégicos”¹⁶. Tanto o grupo de acompanhamento e elaboração do plano diretor quanto o de acompanhamento e impulsão dos projetos estratégicos foram “sugestões” do Termo de Referência. Apesar de não explícito claramente, são instâncias de decisão sobre os destinos da cidade, com participação marcante dos *stakeholders* locais. Estes fóruns se constituíam em um dos principais elementos, senão o principal, do que o BM considerava boa “*governance urbana*”¹⁷.

O PRODUR usou vários canais para difusão da agenda urbana do BM, destacando-se: cartilha, manuais operacionais, termos de referência, seminários, cursos, internet e planos diretores. Optou-se nesse artigo privilegiar a análise do termo de referência para plano diretor e dos planos diretores, uma vez que são estes documentos que incorporam de forma patente o ideário urbano do BM.

4.2 Termo de Referência – TR – para plano diretor.

O Termo de Referência (TR) para planos diretores é o documento do PRODUR, no qual as idéias sobre planejamento urbano e gestão urbana difundidas pelo BM manifestam-se de forma mais evidente. Feito pelo consultor contratado pela CAR, objetiva orientar as empresas de consultoria na elaboração da Proposta Técnica para participar do processo de licitação, e, conseqüentemente, na construção do plano diretor (COMPANHIA, 2002a, p. 6-7). O TR foi o principal instrumento no âmbito do DI, para difusão dos modelos de planejamento urbano e de gestão urbana propostos pelo BM. O modelo de plano diretor

proposto no TR tinha dois estágios interligados. O primeiro visava a elaboração de um Plano Estratégico, e, o segundo, de um Plano Diretor Urbano com Abrangência Municipal. A metodologia sugerida para elaboração do plano estratégico era a conhecida SWOT, proposta também no *Local Economic Development*, manual do BM para elaboração de planos de desenvolvimento local.

O modelo de gestão urbana proposto, mesmo não explicitado abertamente a expressão “*governance* urbana”, abrange alguns de seus principais elementos, quais sejam, “participação coordenada de todos os agentes econômicos e atores sociais”, concentração nos problemas “relevantes” da cidade, busca de “diálogo”, de “negociação”, de consenso, “flexibilização de decisões”, consultas “seletivas” e de “qualidade” para traçar o “cenário” da cidade e formação de parcerias público-privadas (COMPANHIA, 2002a, p. 8).

Quanto aos projetos estratégicos, o TR não deixa dúvida sobre os seus propósitos empresariais.

[...] **projetos de empreendimentos ou negócios** urbanos, cujo escopo e viabilidade devem ser indicados através do diálogo e negociação entre agentes econômicos, atores sociais, representantes institucionais e a Consultora. [...] Eles deverão estar em conformidade com os cenários institucionais e socioeconômicos, de modo que criem condições para o **marketing urbano**, favoreçam a **imagem da cidade**, [...] para articular a **alavancagem do desenvolvimento local** com a reestruturação urbana e o combate à pobreza (COMPANHIA, 2002a, p. 14; grifos nossos).

4.3 Planos diretores como instrumento de difusão de idéias.

Entre os instrumentos utilizados pelo PRODUR para difundir as idéias sobre planejamento urbano e gestão urbana para as cidades, destaca-se o plano diretor. Mesmo possuindo uma estrutura básica única, eles variaram de município para município, em razão de diversos fatores, destacando-se: grau de interesse do governo local, participação da população e dos técnicos das prefeituras, a base de informações de cada município e do envolvimento das empresas de consultoria com os trabalhos. Para efeito desta pesquisa, procurou-se analisar os planos diretores elaborados para os municípios de Itapetinga, Itabuna e Vitória da Conquista com o objetivo de, primeiramente, identificar em que medida estes planos possuíam traços do planejamento estratégico de cidades e de gestão empreendedora ou *governance*, conforme modelos difundidos pelo BM e, em um segundo momento, caso se encontrassem traços, apresentar os projetos estratégicos e os modelos de gestão propostos para cada município.

Os resultados desta pesquisa podem ser encontrados na Tabela 1, que representa uma síntese dos elementos analisados nos três planos diretores. **Tabela 1 – Planos Diretores: concretização das idéias sobre planejamento urbano e gestão urbana**

MUNICÍPIOS	PROJETOS	GESTÃO URBANA
------------	----------	---------------

	ESTRATÉGICOS	
<p>Itapetinga</p> <p>(Região Sudoeste)</p> <p>60.722 hab.</p> <p>Final: 2004</p>	<p>1) Consolidação da expansão popular – Ala Leste</p> <p>2) Renovação urbana – Centro – revitalização da área central e implantação do Parque Urbano do Rio Catolé</p> <p>3) Desenvolvimento da economia pecuária local</p> <p>4) Programas organizacionais</p>	<p>Define como ações prioritárias do governo local a implementação dos projetos estratégicos.</p>
<p>Itabuna</p> <p>(Região Litoral Sul)</p> <p>203.816 hab.</p> <p>Final: 2001</p>	<p>1) ITABUNA COMPETITIVA</p> <p>a) Bom, Bonito e Barato</p> <p>b) Todos ao Centro</p> <p>c) Comércio do Povo</p> <p>d) Central de Abastecimento</p> <p>2) CIDADE LÍDER</p> <p>a) Projeto Mãos à Obra</p> <p>b) Projeto Saúde e Educação</p> <p>c) Universidade Forte</p> <p>3) CIDADE CIDADÃO</p> <p>a) Projetos Grandes Parques</p> <p>b) Projeto Orla Bela</p> <p>c) Projeto Águas Limpas</p> <p>d) Melhores Ruas</p> <p>e) Projeto Habitar Melhor</p>	<p>Reestruturação da máquina governamental do município, através de medidas estruturantes do seu aparato técnico, político e administrativo, com impacto no perfil das suas receitas e despesas, que objetivem a eficiência na arrecadação, fiscalização e cobrança dos tributos de sua competência, e eficácia na alocação dos recursos mobilizados, para a prestação de serviços urbanos.</p> <p>Propõe quatro programas para a administração pública:</p> <p>1) Programa Saldo Positivo – adoção de medidas de política fiscal, que possibilitem maior eficiência na arrecadação de suas receitas próprias.</p> <p>2) Programa Gasto Mínimo – redução dos custos administrativos, através da racionalização da estrutura administrativa do município.</p> <p>3) Programa Administrar com Qualidade – ações que visam permitir que o poder público migre de um ambiente de administração burocrática para uma administração gerencial, renovando os métodos de gestão, introduzindo novos recursos tecnológicos, que conduza a uma ação pública mais eficiente.</p> <p>4) Programa Agentes do Desenvolvimento – criação de instâncias de participação e negociação de políticas públicas que possibilitem a construção de um “projeto de futuro para a cidade”. estas instâncias, constituídas mediante parcerias, devem definir projetos estruturadores que ampliem a infra-estrutura urbana e a oferta de serviços, potencializando a cidade na atração de investimentos produtivos, favorecendo a geração de emprego e renda, a arrecadação dos tributos municipais e possibilitando o desenvolvimento auto-sustentado da economia local.</p>
<p>Vitória da Conquista</p> <p>(Região Sudoeste)</p> <p>285.927 hab.</p> <p>Final: 2004</p>	<p>1) Novo aeroporto</p> <p>2) Centro de convenções e feiras</p> <p>3) Centro de logística</p> <p>4) Cidade universitária</p> <p>5) Transformação do sub-trecho urbano da BR-116 em avenida urbana</p> <p>6) Consolidação do eixo industrial, comercial e de serviços sul</p> <p>7) Apa das lagoas e vales de Vitória da Conquista</p> <p>8) Habitação de interesse social no cinturão Panorama/Santa Cruz</p>	<p>Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social.</p> <p>Planejamento do desenvolvimento da cidade, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente. Recuperação dos investimentos do poder público resultado da valorização de imóveis urbanos.</p>

Fonte: o autor, a partir da análise dos planos diretores de Itapetinga, Itabuna e Vitória da Conquista.

Como pode ser observado, os três planos diretores apresentaram propostas de projetos estratégicos e de gestão urbana. O plano diretor de Itapetinga parece que foi o que menos assimilou a noção de estratégia e de gestão empreendedora. O plano diretor que mais assimilou as idéias difundidas pelo BM sobre planejamento urbano e gestão urbana foi o de Itabuna. A terminologia utilizada, os projetos estratégicos e o modelo de gestão urbana propostos estão em perfeita sintonia com o discurso urbano do BM. O plano diretor de Vitória da Conquista, como discutido nesta seção, provavelmente por ter sido elaborado na gestão de um governo progressista e com ampla participação popular, propõe projetos estratégicos procurando equilibrar projetos destinados ao desenvolvimento econômico com projetos voltados para as áreas social e ambiental. O modelo de gestão urbana proposto no plano diretor de Vitória da Conquista difere completamente daquele difundido nos documentos do BM, caracterizado por se referenciar nos modelos de gestão de empresas privadas.

Durante os sete anos do Projeto foram realizadas 372 obras de infra-estrutura em 203 dos 417 municípios baianos e 451 projetos de DI em 174 municípios¹⁸. Isto significa que as ações de DI atingiram cerca de 40% dos municípios da Bahia. Foram realizados 96 planos diretores urbanos ou planos estratégicos de cidades, o que corresponde a 23% dos municípios da Bahia. Cada prefeitura treinou em média 10 funcionários nos diferentes cursos ministrados pelo Projeto, perfazendo um total de 1.991 pessoas.

O quadro a seguir detalha os projetos de DI realizados no âmbito do PRODUR.

Tabela 2 – Desenvolvimento Institucional: resultados finais

Desenvolvimento Institucional	Quantidade
Plano diretor de informática	110
Planos diretores urbanos	96
Cadastros municipais	78
Projetos de tecnologia da informação	66
Planos de reforma administrativa	43
Códigos tributários	30
Planos de gestão de resíduos sólidos	23
Estudos sobre coleta de impostos	1
Outros estudos gerais	4
Total	451
Número de participantes dos cursos	1991

Fonte: (WORLD BANK, 2005; COMPANHIA, 2004).

Esta Tabela evidencia a ênfase dada às ações de DI para o ajuste fiscal. A informatização da área financeira das prefeituras era o primeiro passo para controle dos gastos públicos e informações. A atualização/elaboração de cadastros municipais e de códigos tributários, como instrumentos para elevar as receitas municipais, foi outro item que mereceu

atenção especial. Os planos diretores, mais do que simples instrumentos para controle e ordenamento do crescimento urbano, tinham um caráter estratégico, visando atrair investimentos para as cidades que alavancassem a economia local gerando emprego e renda, mas, sobretudo, receitas.

5. Conclusão

Os números finais do PRODUR apontam para a importância de se prestar mais atenção nas políticas e estratégias do BM para as cidades brasileiras. Apenas um projeto foi suficiente para abranger 203 dos 417 municípios da Bahia, o que corresponde a cerca de 50% dos municípios. Os dados apontam também que 174 municípios (40%) participaram do DI, com projetos claramente direcionados para a realização de reformas institucionais com vistas à realização de ajuste fiscal local. Destes 174 municípios, 96 (23%) foram contemplados com planos diretores/estratégicos. Estes dados apontam para um avanço significativo dos ajustes urbanos neoliberais, difundidos pelo BM através dos planos estratégicos e do modelo de *governance* urbana, nas cidades baianas.

Estes números, somados aos de projetos semelhantes financiados pelo BM para o Brasil, a partir da década de 1980, indicam que cerca de 1.200 cidades brasileiras já participaram diretamente dos projetos de desenvolvimento municipal do BM. Isto significa que são 1.200 cidades onde o BM realizou ajustes urbanos de orientação neoliberal, que adotaram, em maior ou menor grau, a gestão gerencial ou *governance* urbana como modelo de gestão urbana, e o planejamento estratégico de cidades como modelo de planejamento urbano, nos mesmos moldes do que foi verificado no PRODUR.

Considerando que estes modelos têm sido difundidos também por outras agências multilaterais e bilaterais, consultores nacionais e internacionais, membros da academia, governos, ONGs etc., pode-se inferir que o número de cidades brasileiras que adotam, total ou parcialmente os modelos citados pode ser significativamente maior do que o mencionado.

Estes dados revelam que parte significativa das cidades brasileira tem, desde a década de 1980, passado por transformações em suas instituições locais com vistas à implantação de modelos de gestão e de planejamento voltados para a criação de um ambiente favorável ao pleno funcionamento da economia de mercado, ou como diria o BM: um ambiente *market-friendly*.

Vale ressaltar que o projeto do BM de construção de instituições nas cidades da periferia por intermédio do DI não visa apenas a implementação de “novos” modelos de gestão e de planejamento. Ele é mais ambicioso e tem como meta redefinir o papel do

governo local, institucionalizando novos comportamentos, novas culturas, maneiras de pensar, de agir e de fazer política, para subordiná-lo progressivamente às exigências do capitalismo internacional e local. O BM está instaurando, por intermédio do DI, uma nova lógica institucional nas cidades para legitimar a apropriação dos espaços de decisão de políticas públicas por grupos empresariais privados (*stakeholders*).

6. Referências

ARANTES, O. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74. (Coleção Zero à Esquerda).

ARANTES, P. F. **O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas**. 2004. 204 f. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ARKADIE, B. Van. The role of institution in development. In: WORD BANK ANNUAL CONFERENCE ON DEVELOPMENT ECONOMICS 1989, 1990, Washington, DC. **Proceedings...** Washington, DC: World Bank, 1990.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2001.

COHEN, M. **World Bank lending for urban development: 1972-82**. Washington, DC: World Bank, 1983.

_____. Urban assistance and the material world: learning by doing at the World Bank. **Environment & Urbanization**, v. 13, p.37-60, abr. 2001.

_____. Reframing urban assistance: scale, ambition, and possibility. **Urban Update**, Washington, DC, n. 5, p.1-12, fev. 2004.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. **Cartilha Produr**. Salvador, 1997a.

_____. **Manual operacional**. Salvador, 1997b.

_____. **Termo de referência para plano diretor urbano com abrangência municipal**. Salvador, 2002a.

_____. **Revista PRODUR**. Salvador, 2002b.

_____. **Relatório Produr 2004**. Salvador, 2004. Mimeografado.

_____. Disponível em: <<http://www.car.ba.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2006.

ESMAN, M.; BLAISE, H. C. **Institution building research: the guiding concepts**. Pittsburgh: Inter-university Research Program in Institution Building, University of Pittsburgh, 1966.

GOLDSMITH, A. A. Institutions and planned socioeconomic change: four approaches. **Public Administration Review**, v. 52, n. 6, p.10-20, nov./dez. 1992.

GRIFFIN, A. La proporción de ciudades sustentables. In: FREIRE, Mila; STREN, Richard (Org.). **Los retos del gobierno urbano**. Washington, DC: Colômbia: Alfaômega, 2001.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaços e Debates**, n. 39, p. 48-64, 1996.

KAPUR, D.; LEWIS, J. P.; WEBB, R. (Editor). **The World Bank: its first half century**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 1997.

KAPUR, D. The knowledge bank. Disponível em:
<http://www.cgdev.org/doc/books/rescuing/kapur_knowledge.pdf>. Acesso em: 04 out. 2006.

KESSIDES, C. **World Bank experience with the provision of infrastructure services for the urban poor: preliminary identification and review of best practices**. Washington, DC: World Bank, 1997.

MELO, M. A. B. C. de; MOURA, Alexandrina S. de. Políticas públicas urbanas no Brasil: uma análise dos projetos do Banco Mundial. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 4, p. 99-126, dez./1990.

MASON, E. S.; ASHER, R. E. **The World Bank since Bretton Woods**. Washington, DC: The Brookings Institution, 1973.

ORENSTEIN, M. A. The new pension reform as global policy. **Global Social Policy**, London, v. 2, n. 5, p.175-202, 2005.

OSMONT, A. **La Banque Mondiale et les villes: du développement à l'ajustement**. Paris: Éditions Karthala, 1995.

PINTO, A. L. A institucionalização organizacional como estratégia de desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.7-25, jan./jul. 1969.

PUGH, C. Housing policy development in developing countries: the World Bank and internationalization, 1972-93. **Cities**, v. 11, n. 3, p. 159 – 180, dec. 1994.

STER, N.; FERREIRA, F. The World Bank as intellectual actor. In: KAPUR, Devesh; LEWIS, John P.; WEBB, Richard (Editor). **The World Bank: its first half century**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 1997. p. 523-609.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103. (Coleção Zero à Esquerda).

_____. Utopias urbanas e o desafio democrático. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 5, p. 25-31, jul./dez. 2003.

WORLD BANK. **Urbanization**. Washington, DC, 1972. (Sector Working Paper).

_____. **Urban policy and economic development: an agenda for the 1990s**. Washington, DC, 1991c. (World Bank Police Papers).

_____. **Better urban services: finding the rights incentives**. Washington, DC, 1995.

_____. **Bahia municipal infrastructure development and management project**. Washington, DC, 1997a.

_____. **Cities in transition: World Bank urban and local government strategy**. Washington, DC, 2000b.

_____. **World development report 1999/2000**. Entering the 21st century. Washington, DC, 2000c.

_____. **Implementation completion report on a loan in the amount of US\$ 100.00 million to the state of Bahia for the Bahia Municipal Infrastructure Development and Management Project**. Washington, DC, 2005.

_____. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/WBI>>. Acesso em: fev. 2006c.

ZANETTA, C. **The influence of the World Bank on national housing and urban policies: the case of Mexico and Argentina during the 1990s**. Hampshire: Ashgate Publishing, 2004.

¹ Não existe em português palavra que possua o mesmo significado de *governance*. É comum encontrar na literatura publicada no Brasil o aportuguesamento do termo, tratando-o como “governança”, ou, nas traduções, substituí-lo por “governo” ou “governabilidade”. Na realidade, *governance* não significa nem uma coisa nem outra. Optou-se, nesse trabalho, manter a mesma grafia utilizada na literatura inglesa. Aliás, deve-se ressaltar que a criação de neologismos e mesmo de uma linguagem própria sempre foi prática do Banco Mundial, do FMI e de outras agências das Nações Unidas. Via de regra, esta linguagem é complicada e difícil de ser decodificada pelos “não iniciados”. Palavras simples como emprestar, tomar emprestado, dívida, dinheiro, de uso corrente no sistema financeiro, são evitadas e trocadas por “circunlóquios”. Passou a ser uma prática também das agências internacionais acrescentar o sufixo “ade” às palavras. Por exemplo: “condicionalidade”, “capacidade”, “automaticidade”, “adicionalidade”, “modalidade”, “facilidade” etc. (SAMPSON, 1981, p. 117-118).

² Por exemplo, o *Tennessee Valley Authority*, criado em 18 de maio de 1933, no período do New Deal, pelo presidente Roosevelt.

³ Deve-se ressaltar que no processo de circulação de idéias, sempre há mediações, de forma que elas não chegam ao destino da mesma forma que saíram de sua origem. Sempre ocorrem adaptações.

⁴ Robert McNamara foi Secretário de Defesa dos Estados Unidos durante a guerra do Vietnam.

⁵ Tradução livre de *brokers*.

⁶ Tradução livre de *marketing*.

⁷ A previsão inicial de duração do Projeto era de cinco anos.

⁸ A reestruturação (ou criação) de agências governamentais responsáveis pela implementação dos projetos do BM – as Unidades de Implementação de Projeto (UIP) – faz parte das políticas de *institution building* (ou desenvolvimento institucional) do BM para os países clientes desde os anos de 1950.

⁹ Em 2000, o Fundo foi extinto por imposição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (art. 35), sendo seus recursos transferidos para a Agência de Fomento do Estado da Bahia S. A. – DESENBAHIA, que passou administrá-los.

¹⁰ Toda vez que um município, um estado ou o Distrito Federal se propõe a realizar uma operação de crédito, seja com recursos nacionais ou internacionais é obrigatório, pela legislação em vigor, que se cumpram as determinações constantes na Resolução do Senado Federal de nº 69, de 14 de dezembro de 1995.

¹¹ Informações prestadas pela Coordenadora do PRODUR, em entrevista ao autor.

¹² Em entrevista com o consultor, ao perguntar-lhe se o Banco Mundial havia influenciado seu trabalho e em que medida teria sido esta influência, ele respondeu que a CAR lhe havia dado “carta branca” e “liberdade total para fazer”. No entanto, a análise do TR sobre planos diretores mostrará, como se verá no decorrer deste capítulo, que sua doutrina retoma de maneira estrita os modelos de planos estratégicos de cidades difundidos pelo Banco Mundial através do *Local Economic Development* ou da *City Development Strategy*.

¹³ Informações prestadas por consultores de empresas de consultoria que prestaram serviços às Prefeituras que participaram do PRODUR, em entrevista ao autor.

¹⁴ Informações prestadas por técnicos da prefeitura de Itapetinga, em entrevista ao autor.

¹⁵ No GEAP havia 18 participantes de nível superior.

¹⁶ Estes projetos estão listados no Quadro 3 deste capítulo.

¹⁷ Como no período desta pesquisa o plano diretor havia acabado de ser aprovado, não foi possível identificar em que medida a forma de governo “*governance* urbana” já estava institucionalizada como parte do sistema de gestão local.

¹⁸ Informações prestadas pela Coordenadora do PRODUR, em entrevista ao autor.